

CIDADANIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

**AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO
E A EXIGIBILIDADE JUDICIAL DOS DIREITOS SOCIAIS**

2024 · 2ª Edição

Vidal Serrano Nunes Junior

CIDADANIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO E A EXIGIBILIDADE JUDICIAL DOS DIREITOS SOCIAIS

© Almedina, 2024

AUTOR: Vidal Serrano Nunes Junior

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

PRODUTORA EDITORIAL: Erika Alonso

ASSISTENTES EDITORIAIS: Laura Roberti, Tacila da Silva Souza e Patricia Romero

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9788584937318

Junho, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nunes Júnior, Vidal Serrano
Cidadania social na Constituição de 1988 : as
estratégias de positivação e a exigibilidade judicial
dos direitos sociais / Vidal Serrano Nunes Júnior. –
2. ed. -- São Paulo : Almedina, 2024.

ISBN 978-85-8493-731-8

1. Constituição 1988 - Brasil 2. Direito
constitucional - Brasil 3. Direitos fundamentais -
Brasil 4. Direitos sociais - Brasil I. Título.

24-206988

CDU-342(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. DIREITOS FUNDAMENTAIS	11
1. Conceito	11
2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	22
2.1. Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Constituição de 1988	25
3. Direitos Fundamentais: delimitação constitucional	27
4. Características	31
4.1. A historicidade	31
4.2. A universalidade	33
4.3. A autogeneratividade	33
4.4. A irrenunciabilidade	34
4.5. A limitabilidade	34
4.6. A possibilidade de concorrência	37
5. A Evolução	37
5.1. Direitos fundamentais de primeira geração	39
5.2. Direitos fundamentais de segunda geração	41
5.3. Direitos fundamentais de terceira geração	42
CAPÍTULO II. DIREITOS SOCIAIS	43
1. Origem histórica	43
2. Conceito	57
3. Direitos sociais e o chamado mínimo vital	64
4. Direitos sociais e positivação constitucional	68

CAPÍTULO III. AS FORMAS DE POSITIVAÇÃO E OS RESPECTIVOS REGIMES JURÍDICOS DOS DIREITOS SOCIAIS	91
1. Positivção por meio de normas que se limitam, por meio de programas, a apontar diretrizes, tarefas ou finalidades a serem atingidas pelo poder público	92
1.1. Normas programáticas, direitos sociais e os princípios jurídicos informadores do Estado Democrático Social de Direito	101
1.2. O princípio da dignidade humana	104
1.3. O princípio da justiça social	109
1.4. A proibição do retrocesso	112
2. Positivção por meio de normas atributivas de direitos públicos subjetivos	117
2.1. A atribuição de direito subjetivo: o <i>standard</i> mínimo incondicional	126
2.1.2. O mínimo vital e a positivção de direitos sociais no Brasil	131
2.2. Direito subjetivo e reserva legal	131
3. Positivção por meio de normas consagradoras de garantias institucionais	134
3.1. Garantias institucionais e justiciabilidade	143
4. Positivção por meio de cláusulas limitativas do poder econômico	145
4.1. Os direitos sociais e a defesa do consumidor como meio de limitação do poder econômico	153
5. Positivção por meios das ora denominadas normas projectivas, vale dizer, normas de confirmação do perfil social dos institutos jurídicos fundantes da ordem econômica capitalista	157
CAPÍTULO IV. A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E SEUS LIMITES CONTINGENTES	165
1. A reserva do possível	166
1.1. Reserva do possível e mínimo vital	169
1.2. Reserva do possível e ambiência constitucional	172
1.3. Reserva do possível na ordem jurídica brasileira	190

2. A tripartição de funções e a esfera de discricionariedade do administrador público	193
2.1. A discricionariedade administrativa	198
2.2. O caráter programático de parte das normas consagradoras de direitos sociais	202
2.3. Colisão de direitos	210
Conclusões	213
Referências	221